



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo
32ª Câmara de Direito Privado

Registro: 2014.0000792675

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0006244-73.2013.8.26.0297, da Comarca de Jales, em que é apelante ALLAN JOAQUIM DE SOUZA (MENOR(ES) REPRESENTADO(S)), é apelado DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO DER SP.

ACORDAM, em 32ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores RUY COPPOLA (Presidente) e KIOITSI CHICUTA.

São Paulo, 4 de dezembro de 2014

CAIO MARCELO MENDES DE OLIVEIRA

RELATOR

Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo
32ª Câmara de Direito Privado

VOTO Nº 01.073

Apelação Cível (com revisão) nº 0006244-73.2013.8.26.0297

Comarca de Jales / 1ª Vara Judicial

Juiz: Eduardo Henrique de Moraes Nogueira

Apelante: Allan Joaquim de Souza - menor representado (justiça gratuita)

Apelado: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo DER
SP

ACIDENTE DE TRÂNSITO

Ação desacolhida – Preliminar de nulidade da sentença por ausência de intimação do Ministério Público – Interesse de incapaz – Nulidade evidenciada (Artº 82, inciso I, do CPC) – Recurso provido para acolher a preliminar.

Sentença proferida a fl. 152/3, desacolheu ação indenizatória decorrente de acidente de trânsito, promovida pelo Autor contra a Ré, condenando-o a despesas processuais e honorários advocatícios de R\$ 1.000,00, observado o artigo 12 da Lei 1060/50.

Recorre o Autor arguindo preliminar de nulidade de sentença, uma vez que não foi ouvido o Ministério Público. No mérito, alega que o falecimento de seu genitor só ocorreu porque no local do acidente não havia defensas metálicas em desacordo com determinações do DNIT, caracterizando a culpa da ré.

Recurso isento de preparo, tempestivo, recebido em ambos os efeitos e contrariado.

Manifestação da Procuradoria Geral de Justiça no sentido de ser anulada a sentença, por falta de regular intervenção ministerial.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo
32ª Câmara de Direito Privado

É o relatório.

A preliminar merece acolhimento.

A ação foi proposta por Allan Joaquim de Souza, menor impúbere, filho de vítima de acidente de trânsito, com pedido expresso na inicial (fl. 13), para que o Ministério Público fosse intimado, para acompanhamento do feito, o que se deu somente após a prolação da sentença, em fase recursal.

Diante da falta de intervenção do Ministério Público, nos termos do art. 82, inciso I, do Código de Processo Civil, o processo deve ser anulado, desde o pedido inicial, facultado inclusive, eventual aditamento à inicial pelo Promotor de Justiça da comarca.

Por estas razões, meu voto dá provimento ao recurso para anular o processo, nos termos da fundamentação, restando prejudicado o exame de mérito do recurso.

Caio Marcelo Mendes de Oliveira
Desembargador Relator
(assinatura eletrônica)